

**CAMINHOS DA MEMÓRIA SOCIAL DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E
TRATAMENTO HEITOR CARRILHO:
uma investigação filosófica**

Diana de Souza Pinto^{*}
Uriel Massalves de Souza do Nascimento^{**}

RESUMO:

Será investigado o olhar do pesquisador em Memória Social a partir da perspectiva fenomenológica heideggeriana. Para tanto, a investigação será dividida em três partes: a primeira visará uma explicação sobre conceitos-chave para entender a perspectiva de Heidegger sobre a essência da técnica; num segundo momento será analisada a nota de campo de inspiração etnográfica produzida por uma das pesquisadoras do grupo do qual os autores fazem parte a partir do conceito de armação; num terceiro momento será feita a discussão sobre Memória Social a partir do conceito de armação e do caso específico. O objetivo da investigação é demonstrar em que medida o olhar de um pesquisador em Memória Social, sobre uma instituição cuja natureza visa ao esquecimento dos internos, pode construir uma Memória que se funda no que Heidegger chamou de armação.

PALAVRAS-CHAVE: Hospital de Custódia e Tratamento Heitor Carrilho. Filosofia. Memória Social. Heidegger. Armação. Técnica.

* Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é professora adjunta IV da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, atuando como pesquisadora e docente no Programa em Pós-Graduação em Memória Social. End: Rua dos Oitis 72/802, Gávea, RJ, 22451-050. Email: dianap@globo.com

** Bacharelado em andamento em Filosofia. Participou como bolsista do programa PROEXT-UNIRIO, no qual atuou com *surveys* diagnósticos junto à comunidade. Atua hoje como bolsista de Iniciação Científica junto ao PPGMS/UNIRIO, no qual pesquisa Loucura, Crime e Memória Social de uma perspectiva fenomenológica. End: Rua Ari Silveira, 135, Casa 3 Porto Novo, São Gonçalo, RJ, 24435-740. Email: uriel_991@hotmail.com.

Introdução

A Memória Social, enquanto campo de saber, é palco de algumas disputas de conceituações. Nas palavras de Gondar (2005, p. 15) “como os problemas não param de surgir, no campo da memória social o conceito está sempre por ser criado”. Isto posto, temos que a Memória não é estanque, mas, antes, processual e composta, móvel e reestruturável. Até aí apenas chegamos à definição de que a Memória Social não se define, mas, antes, é uma *μετα* (meta) no sentido daquilo pelo qual se passa para se poder ir além. Porém, como é composta a Memória Social das instituições que já nascem de uma visão-de-mundo que são estranhas a essa noção, a exemplo de um manicômio judiciário? Quais as dificuldades encontradas pelo pesquisador em Memória Social ao compor a Memória dessas instituições? Como ele é afetado por tudo isso? São essas perguntas que, neste artigo, visamos a responder tomando o Hospital de Custódia Heitor Carrilho. Para tanto, tomaremos como base o texto “A questão da técnica” de Heidegger e os conceitos ali presentes, para analisarmos uma nota de campo produzida por uma das pesquisadoras que compõe o grupo de pesquisa do projeto “A construção de narrativas acerca da memória social no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Heitor Carrilho” (UNIRIO/CNPq), buscando vislumbrar caminhos para a seguinte questão, que abarca as perguntas acima relacionadas: como é possível compor uma Memória de uma instituição que nasce visando ao esquecimento dos internos?

Nossa pesquisa coloca-se na interface entre duas perspectivas: a teórica e a empírica. Para que possamos prosseguir na teórica, é necessário ter em mente que o método filosófico de Heidegger segue a peculiaridade de utilizar palavras do cotidiano alemão em sentidos polissêmicos e, dessa polissemia, extrair consequências. À medida do possível, essa polissemia será esclarecida ou, pelo menos, indicada ao longo do artigo.

No caso da face empírica da pesquisa, cabe destacar que ela possui inspiração etnográfica. Esta inspiração implica incursões ao campo e uma produção de experiências que são materializadas num documento de nome sugestivo: notas de campo. Nessas notas, devemos, enquanto pesquisadores, expor nossas experiências *in loco*. A tomada de nota deve ser feita a partir de certas orientações, com base na literatura, para ancorar trabalhos de campo de natureza etnográfica¹ e nas discussões do grupo de pesquisa do referido projeto. Reitera-se que o foco é no olhar do pesquisador que deve constituir uma memória sobre uma instituição destinada à segregação e ao esquecimento.

¹ Cf. Glesne, C. *Becoming Qualitative Researchers*. An Introduction, New York: Longman, 1999.

Dada a dimensão do trabalho, foi feita uma divisão em três partes: a primeira visa a expor o texto A questão da técnica para extrair seus conceitos-chaves, explicitando, com isso, o que Heidegger compreende por essência da técnica; na segunda, será analisada, a partir dos conceitos expostos na primeira parte, a nota de campo etnográfica, objeto empírico eleito; e a terceira parte consiste numa discussão sobre a composição da Memória numa instituição que visa ao esquecimento a partir da análise da nota de campo e dos conceitos heideggerianos. Pelo fato de Heidegger ser um pensador *sui generis*, uma pequena introdução ao seu pensamento faz-se necessária.

Heidegger é um pensador alemão da primeira metade do século XX que viu sua existência atravessada por conturbações que muito o influenciaram. Se sua obra é atravessada pelo problema da ontologia, esta só terá alguma valia porque pensar o ser é pensar o “ser-do-homem”. Não se fala de qualquer ontologia, mas da ontologia que fundamentalmente só pode se pensar a partir de e para o homem. Tanto é assim que, para designar ser-do-homem, Heidegger utilizará uma palavra específica: *Dasein*², único ser para o qual o verbo “ser” (*sein*) se torna ativo; é o único que pode decidir o que será e, cada vez que o faz, “está em jogo o seu poder-ser-no-mundo” (Heidegger, 1989, p. 297). Este conceito (*Dasein*) se faz presente em qualquer de seus textos, quer de forma velada, como no texto que será aqui utilizado, quer explicitamente, como em *Ser e Tempo*.

A nossa escolha por um filósofo como Heidegger, pensador da ontologia, para refletir sobre um documento produzido por uma psicóloga, doutoranda em Memória Social, documento este que pretende ser parte da construção da Memória Social de uma instituição, já explicita nossa inquietação: preocupamo-nos aqui com a redução das possibilidades de ser que este documento aponta, já que há uma forma de conceber a Memória subjacente a este documento. Para essa forma, a Memória é depositária de um conhecimento verdadeiro, sendo verdadeiro tomado enquanto correspondente. Dito de outra forma, a Memória, nesse documento, é compreendida enquanto depósito de verdades. A verdade, por sua vez, é compreendida enquanto correspondência. Portanto, a Memória é compreendida enquanto depósito de correspondências. Voltaremos a este ponto na terceira parte.

² *Dasein* é comumente traduzido por ser-aí (cf. HEIDEGGER, 1973, p.257): “a essência do ser-aí consiste em sua existência”) mas optamos por manter a forma original. Deve-se ter em mente que ser-aí equivale ao aí-do-ser-do-homem, ao aparente, no exato sentido de “aquilo que aparece”. Ser e aparecer, portanto, se equivalem, uma vez que tratamos de fenomenologia, que preconiza que só os fenômenos existem.

A essência da técnica enquanto armação (Gestell)

Em sua conferência “A questão da técnica”, Heidegger passa a interrogar qual é a essência da técnica atual. Expõe que o questionamento se dá num caminho de pensamento e, a partir deste caminho, é possível abrir uma livre relação com a essência da técnica (Heidegger, 2007, p. 375). Todo seu questionamento é, então, uma grande construção de um caminho em direção ao que é essencial na técnica. Por ser um questionamento que nos leva à livre relação com uma essência, não é uma forma de definir ou circunscrever a técnica desta ou daquela maneira. Pelo contrário, liberar a essência da técnica é tratá-la de maneira fenomenológica, ou seja, sem pressuposições acerca daquilo que a técnica é, e mesmo sem a tentativa de fechar a técnica e sua essência num conceito definido, pronto a ser aplicado. A metáfora que melhor equivale ao que Heidegger faz é a de um polimento em um material: não se objetiva, com o polimento, somente reestabelecer um material ao seu estado anterior, mas, também, visa-se retirar toda a impureza para que o material possa ser visto em seu completo esplendor. A este processo duplo de liberar de toda a impureza (aqui, conceitos *a priori*) e de reestabelecer o fenômeno enquanto tal dá-se o nome de fenomenologia.

Em seu questionamento, Heidegger demonstrará duas concepções comuns de técnica: a instrumental e a antropológica (Heidegger, 2007, p. 376). A primeira preconiza que a técnica é um meio para fins. Isto significa que a técnica em si é apenas um caminho, um processo. A outra diz que a técnica é um fazer humano. Heidegger concorda que estas duas respostas estejam corretas e de acordo com a técnica. Aceita, então, que estas duas definições correspondem à técnica. Não aceita, entretanto, que essas desabriguem a verdade da técnica. “aquilo que é correspondente ainda não é o verdadeiro”, diz Heidegger, e não só não é verdadeiro como toma a causalidade como fundamento necessário da técnica, uma vez que esta é um fazer humano que visa a alguns fins. Por isso, faz-se necessário examinar a doutrina das quatro causas.

Ao expor a doutrina das quatro causas, o filósofo da floresta negra denotará o quanto pensamos que “esta doutrina nos aparece como se tivesse caído do céu” (Heidegger, 2007 p. 377). Tal doutrina preconiza que temos quatro causas para o aparecimento de um objeto. São elas a causa material, a causa formal, a causa final e a causa eficiente. À primeira equivale o material do qual o objeto será feito: prata, ouro, bronze, ferro, barro. A segunda nos diz a forma que a o objeto tomará: um vaso, uma caixa, uma mesa. A terceira nos diz o

fim daquele objeto: depositar objetos, guardar bens, apoiar coisas. A quarta e última nos diz o que interligará as três causas anteriores enquanto agente.

Nessa doutrina, para Heidegger, parece faltar qualquer coisa, uma espécie de “quinta causa” que a subjaz e não é proclamada durante a enunciação das quatro causas. Contrárias a toda a ontologia heideggeriana, as quatro causas possuem um sentido por demais operatório, como bem explicita Silva (2007 p. 369). Sendo Heidegger constantemente preocupado com a concepção que se tem anterior a qualquer produção³ no mundo, buscará compreender as quatro causas de maneira mais propriamente grega uma vez que foi a concepção grega de técnica que levou Aristóteles a produzir a sua doutrina das quatro causas. Buscará então uma compreensão mais originária. Deste empreendimento, Heidegger aponta que esta dissecação em quatro causas vai possuir, para os gregos, um sentido de comprometimento. O homem procura um material, o molda em determinada forma e com determinado fim porque se comprometeu com aquilo. Há um compromisso com o material, um compromisso com a forma e um compromisso com o fim. Este compromisso é precisamente aquilo que permite que a coisa venha a ser o que é, ou seja, este compromisso permite um vir à luz do ser⁴ enquanto tal. É o que se chama ocasionamento.

Nesse sentido, não a técnica, mas a natureza vai ser ocasionamento em seu sentido mais amplo e no mais alto grau. Temos a interpretação de natureza como ambiente natural, aquele no qual os animais habitam em contraposição à cultura, ambiente do homem. A principal diferença entre eles seria que o primeiro é reativo e não intencional (o gato age desta e daquela forma por um imperativo do instinto, a árvore cresce de tal e tal forma por leis que a regem, etc.) e a segunda ativa e intencional, i.e., agimos como agimos por vontade própria e temos a capacidade de modificar a natureza e, mesmo, domesticá-la enquanto os animais têm apenas a capacidade de se modificar em relação à natureza. Nesse sentido, temos que a diferença entre o homem e o animal é profundamente marcada pela concepção instrumental da linguagem, ou seja, linguagem enquanto aquilo que nos permite a

³ Cf, por exemplo, *Ser e Tempo* p. 110: “Embora não apreendido tematicamente, o que primeiro vem ao encontro é o quarto, não como o “vazio entre quatro paredes”, no sentido de espaço geométrico, mas como instrumento de habitação.” Ou seja, o comprometimento se dá com o que o homem pode fazer com as coisas do mundo e não o que o mundo pode fazer pelo homem. Dito de outra forma: quarto não é o nome de uma estrutura qualquer de quatro paredes, mas de uma estrutura específica com função específica dada pelo o homem. Quarto não existe no mundo se não para um ser-no-mundo.

⁴ Por *ser* entenda-se: a possibilidade de ser em contraposição ao “nada”, tomando-se assim ser no sentido metafísico da palavra, e não um ser num sentido objetual em contraposição a “outro ser” que se tornou comum desde a dogmática cristã, quando Deus foi interpretado como o primeiro motor imóvel de Aristóteles e ganhou contornos metafísicos e epistemológicos em detrimento do prévio contorno unicamente lógico.

representação e a reorganização desta representação. Mediante esta reorganização da representação, podemos reorganizar, também, os objetos representados.

Não é essa, entretanto, a compreensão heideggeriana do termo natureza. Heidegger parte dos gregos, para quem “natureza” se chamava *physis* e significava: aquela que por si e em si mesma possui a capacidade de surgir, de aparecer, de fazer uma autoprodução (auto-poiesis). A isto se contrapunha a *téchne* (o técnico), que era uma produção que dependia de um agente externo e, portanto, não autoproduzida, mas, ao contrário, heteroproduzida. A técnica seria, assim, restringida a um ocasionar que depende de uma interferência externa, enquanto a natureza (*physis*) seria um ocasionamento no mais alto grau, uma vez que é um ocasionar que se faz por si, em si e para si. As duas, *téchne* e *physis* guardam em comum o fato de ambas serem uma forma de ocasionamento, ou seja, ambas trazem a luz, desocultam uma verdade do ser, verdade enquanto *ἀλήθεια* (alétheia).

Αλήθεια (Alétheia), literalmente, des-velamento (a – des; *lethes* – véu) é a forma que Heidegger escolhe para denominar a verdade e diferenciá-la da nossa concepção corrente de verdade. Tomamos verdade como correspondência, ou, mais especificamente, como uma representação correspondente. Assim, “maçã” equivale a um objeto vermelho com tal e tal sabor, automóvel representa veículo de quatro rodas com tais e tais características, etc. Já para Heidegger, verdade é o des-velamento de algo da realidade, a retirada do véu de algo que estava presente, porém, oculto. Temos, então, que ao escolher material, forma, finalidade e resolver juntá-los, o sujeito que escolhe já estava comprometido com essa coisa que virá a ser desvelada no momento em que ele produzir o objeto. A finalização do objeto será a forma de *ἀλήθεια* deste, de des-velar o objeto que já estava ali e que comandou toda a operação de ocasionamento por meio de um comprometimento do homem com o objeto. Em síntese, o objeto já estava ali de forma velada. Não se pode sequer afirmar que estava em potência, como em Aristóteles, uma vez que a pressuposição da potência é a possibilidade de tornar-se ato. Possibilidade não diz “já estar em”, mas sim “poder se tornar” esta e aquela coisa. Já o des-velar é a retirada do véu daquilo que já estava em ato, mas não era sabido como tal.

Após tal demonstração ainda faltará um passo para a completa relação com a essência da técnica, a saber: demonstrar como a técnica de que fala – a técnica contemporânea –, ainda é um ocasionar, mas que possui contornos profundamente diferentes em termos essenciais, uma vez que o que muda na técnica atual é o próprio horizonte de interpretação do ser. Dito de outra forma: Heidegger precisa dar um passo em direção às diferenças e

semelhanças entre a técnica clássica e a técnica contemporânea, uma vez que esta última possui fortes relações com a ciência experimental. Tal passo é necessário, já que se quer abrir uma livre-relação com a técnica. Os exemplos que serão empregados para a diferenciação entre ambas as técnicas serão o do moinho de vento e o da represa do rio Reno.

No moinho de vento, temos uma concepção de aproveitamento da energia naturalmente gerada para utilização do homem. Em outros termos: o homem deixa a natureza ser como é e aproveita-se do seu modo de ser para dali conseguir alguma forma de benefício. Não se vê a natureza enquanto geradora de recursos, já que tal visão supõe uma utilização que modifica a natureza somente para a geração de recursos. O moinho de vento permite que a natureza seja tal qual ela é e se insere no modo de ser da natureza sem interferir nela, buscando, ao contrário, ser afetado por ele de maneira positiva. Já na represa do rio Reno, algo totalmente diferenciado se anuncia: o homem não apenas modifica a natureza, como a desconsidera enquanto objeto e passa a interpretá-la como fonte de recursos. De uma forma muito esclarecedora, Heidegger dirá que não é a represa que está no rio Reno, mas o Rio Reno que está na represa. A prioridade está na modificação feita (a represa). Para Heidegger, a própria ação sobre a natureza indica que houve uma modificação na compreensão do ser de maneira fundamental. Não é que se compreenda o ser a partir das técnicas, mas a própria compreensão do ser é técnica. Não existe mais a noção objetual, na qual há um sujeito que se relaciona com um objeto e deve conhecer sua verdade. É a relação sujeito-subsistência que se desvela aí. É exatamente neste modo de interpretar que repousa o conceito de armação (*Ge-stell*), a própria essência da técnica.

Nas palavras de Heidegger (2007, p. 384), temos que armação é a “invocação desafiadora que reúne o homem a requerer o que se descobre enquanto a subsistência”. “Invocação desafiadora” nos diz que o homem é, ao mesmo tempo, invocado e desafiado pela técnica, ou seja, a técnica não é algo passivo: ao contrário, ela torna os homens passivos. Passivos a ponto de requerer tudo o que é des-coberto⁵ unicamente enquanto subsistência. Torna o homem passivo porque o homem técnico passa unicamente a extrair os recursos daquilo com o que se relaciona, anulando qualquer outra forma de relação. Lembremos que as relações dependem sempre de um horizonte de interpretação. Dependem, portanto, de uma forma de ver e decodificar a realidade. Caso só se consiga enxergar a realidade como aquilo que fornece recursos, as possibilidades de ser do próprio homem (intérprete) se encontram

⁵ Des-coberto assume aqui o mesmo sentido de des-velado, ou seja, algo que já sempre esteve à vista mas precisa de algo que retire seu véu, sua cobertura.

reduzidas porque o próprio homem se torna um “intérprete passivo”. A armação apassiva ao homem, tornando-o técnico, e este reduz o observado à mera subsistência.

Falamos de subsistência (*Bestand*) sem, no entanto, explicá-la. Abriremos aqui um parêntese para a discussão própria do termo alemão e seus ecos no texto de Heidegger. *Bestand*, se traduzido literalmente, significa existência, no sentido de “aquilo se mantém existindo”. Deriva do verbo *Bestehen*, que também indica existir enquanto manter-se, mas enquanto atividade. Por “manter-se” entenda-se: continuar existindo da maneira que já foi anteriormente sem qualquer chance de se colocar em jogo, estando, portanto, dependente de uma identidade que é superior a si mesma. Existir enquanto manter-se tem, portanto, o sentido de permanecer unicamente o mesmo. Como bem já vimos, graças à armação, essa identidade é imposta de fora.

Por se referir à existência, *bestand* se relaciona com *Dasein* (ser-aí). Não é difícil notar que Heidegger se vale dessa relação: se ambos dizem respeito à existência, *Dasein* diz respeito à existência humana ativa, uma existência que se põe em jogo a cada momento, enquanto *bestand* diz respeito a uma existência que só existe em relação a uma identidade previamente imposta por outro. *Dasein* se alinha à noção de possibilidade e *bestand* se alinha à noção de verdade enquanto correspondente a uma representação, e, portanto, única, imutável, engessada.

É importante ressaltar que Heidegger não busca uma simples rebelião contra a técnica. Como bem explica Dreyfus (2002, p. 169), Heidegger somente mostra que se a técnica for o único horizonte de interpretação do ser, teremos o problema da redução dos modos de ser a um modo técnico, e este modo técnico chegará até o homem, tornando-o mera fonte de recursos, ou mesmo, um depósito deles. Isto se torna claro quando Heidegger (2007, p. 394) cita os versos iniciais do *Patmos*, de Hölderlin: “Mas onde há perigo, cresce também a salvação”, ou seja, na própria essência da técnica (que, como dissemos é a armação) nasce a possibilidade de uma salvação da armação. Esta possibilidade está na própria técnica, tomada em seu sentido originário *τέχνη* (*téchne*), que tanto significava o que hoje conhecemos como arte (o tipo de ação que produz uma obra) como o que conhecemos como técnica (um meio pra fins tipicamente humano). Tomando a técnica no seu duplo sentido, vemos aparecer aí outra possibilidade que lhe subjaz, a saber, a arte. E a arte é concebida como uma forma de salvação porque ela é tomada como uma possibilidade do acontecimento da verdade enquanto *ἀληθεία* (*aletheía*), des-velamento a partir do velamento. Não é outro o diagnóstico de Heidegger:

Se para a arte está assegurada esta mais alta possibilidade de sua essência no seio do perigo extremo, ninguém poderá saber. Mas podemos admirar-nos. Diante de quê? Diante da outra possibilidade, de que por todos os lugares a técnica se instale, até que num dia, passando por tudo o que é técnico, a essência da técnica se essencialize no acontecimento da verdade. (Heidegger, 2007, p. 396; grifo nosso).

Uma vez que a técnica se instale em todos os lugares, a outra possibilidade, isto é, a arte, tomará o lugar da técnica. O lugar privilegiado da arte para Heidegger existe unicamente porque a arte é, para Heidegger, o local do acontecimento da ἀλήθεια (alethéia). Sublinhe-se que o foco de Heidegger é a possibilidade do des-velamento que ele vê na arte. A arte não é superior por ser em si superior, mas por ser um caminho à ἀλήθεια. Não é, portanto, por ser esteticamente apreciável que a arte vale, mas por ser uma das formas que permite se chegar ao desvelamento. A preocupação de Heidegger em relação à τέχνη (técnica e arte) é, assim, uma preocupação com a ἀλήθεια, verdade enquanto desvelamento. Isto posto, vamos à nota de campo.

Contextualização da instituição

Ao falarmos de uma nota de campo que se refere a uma instituição, faz-se necessário que a situemos no espaço-tempo em que foi (e é) socialmente composta. O Hospital de Custódia e Tratamento Heitor Carrilho é um Manicômio Judiciário situado no Bairro do Estácio, no Rio de Janeiro. Este presídio-hospital foi o primeiro manicômio judiciário do país. Fundado em 1921, abrigou e abriga pacientes que são denominados loucocriminosos, ou seja, sujeitos que, em decorrência de uma “afecção psíquica”, cometem um delito e são considerados inimputáveis pelo poder judiciário a partir da consideração do laudo médico (Carrara, 2010 p. 27). Após tal consideração o sujeito é designado, por medida de segurança, a um dos hospitais-presídios do sistema penal, sendo um deles o Heitor Carrilho. No entanto, desde 2010, a instituição passa por um momento de mudanças internas. Não mais o Heitor Carrilho figura dentre as instituições que devem receber o paciente-presos quando da sua entrada no Sistema Penal, mas, ao contrário, a instituição passou a ser a “porta de saída” do sujeito do Sistema Penal.

A lei 10216 de 6 de Abril de 2001, a chamada “lei de reforma manicomial”, juntamente com as resoluções nº 5 (2004) e nº 4 (2010) do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária são fatores que contribuíram para tal mudança. A lei propõe o fim das internações psiquiátricas compulsórias, o término de instituições com perfil asilar e estabelece uma política de assistência ao doente mental com base na noção de cidadania. Esta lei preconiza, em seu artigo 5º, que os pacientes com grande grau de dependência da instituição devem ser alvos de políticas públicas para que possam ser reinseridos na sociedade. As resoluções citadas acima expandem esta norma aos manicômios judiciários.

Não é muito difícil notar que a instituição guarda, em si, grandes dificuldades pra qualquer pesquisador. Por sua razão de existência advir da necessidade de um local para abrigar pessoas que cometem crime em decorrência de um estado psíquico alterado, as pessoas que nela trabalham são tanto profissionais de saúde (médicos, psicólogos, enfermeiros, assistente sociais) quanto profissionais da área de segurança pública (agentes penitenciários). Daí que a própria instituição se apresenta como um desafio a qualquer um que queira construir sua memória: como compor a memória de uma instituição que surge tão marcada pela imposição de uma identidade e que se alimenta da confirmação desta identidade? Como podemos pensar na composição de uma memória que se alinhe a uma visão não técnica se, ao adentrar a instituição, já sabemos que sua existência se deve a uma necessidade de transformação dos que são internados, de tal modo que estes somente existem enquanto subsistência?

Com estas perguntas em vista, analisaremos o documento a seguir, não buscando respondê-las apenas para esse caso específico, mas para que possamos discutir o quanto a Memória Social pode ser composta de forma a ser diagnosticada como técnica.

Um olhar sobre o olhar da pesquisadora

O documento a ser analisado aqui foi produzido por uma psicóloga, mestra em Memória Social e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS/UNIRIO) e integra a equipe de pesquisa da qual o autor faz parte. A equipe multidisciplinar (filósofo, pedagogos, linguista, psicólogos e bibliotecários) frequenta

semanalmente o Hospital Heitor Carrilho⁶. A nota de campo em questão refere-se a um evento organizado por uma psicóloga HH que também é professora do curso de Psicologia de uma universidade particular carioca e, atualmente, doutoranda do PPGMS. O evento citado visava expor aos alunos da referida psicóloga o trabalho executado pelos funcionários do HH. Estava previsto que o evento iniciaria com uma apresentação acerca do HH e dos trabalhos ali desenvolvidos, após a qual seria feita uma visita aos internos. Cabe destacar três grupos de internos: os que se encontram desinternados e abrigados, aqueles que estão alocados em casas dentro do próprio HH para começarem a se adaptar com a “vida de fora”; os que se encontram desinternados e não moram nessas casas; e os internados, que se encontram em galerias de celas individuais. A diferença de um internado para um desinternado é que o primeiro é dado como incapaz de conviver em sociedade uma vez que corre o risco de voltar a delinquir, e o segundo é seu exato oposto, ou seja, é alguém que é supostamente capaz de voltar a conviver em sociedade sem delinquir.

Outra observação relevante em relação à nota de campo que ancoram este trabalho deve ser feita: há um caráter predominantemente objetivo. O documento aponta para uma tentativa de descrição tal qual o observado quando dentro da instituição, especialmente se levarmos em consideração que a terceira pessoa do singular (ele/a) tem prevalência sobre as outras. Tal tentativa de descrição segue a orientação dos coordenadores do projeto para que o documento pudesse ficar o mais livre de impressões pessoais quanto possível, por um lado, e para que pudesse haver um distanciamento do objeto de pesquisa do outro. Estamos, então, calcados na compreensão do benefício tanto pessoal quanto epistemológico do distanciamento do objeto de pesquisa. Uma recomendação quanto à expressão de nossas impressões exclusivamente pessoais (no sentido de uma tentativa de chamar atenção para ou ressaltar algo) foi feita: a de que estas fossem escritas entre colchetes ou parênteses, de forma a identificar o que é ou não é de um viés “exclusivamente interpretativo”, o que sugere uma concepção da possibilidade de separar o subjetivo do objetivo.

Pode-se supor que esta tentativa de descrição é relacionada à formação dos dois coordenadores da pesquisa: um deles com toda sua formação em Psicologia (de graduação a doutorado) e outra com sua formação multidisciplinar (graduada em letras, mestra em Linguística Aplicada, doutora em Saúde Mental). Isto quer dizer que, em decorrência de suas formações em campos predominantemente observacionais, ambos teriam retido certos modos

⁶ Para facilitar a visualização, passaremos a chamar o Hospital de Custódia e Tratamento Heitor Carrilho apenas de “HH”, seguindo Carrara (2010).

de apreender o objeto que lhes foram ensinados. É claro que sua inserção num campo que se constitui a partir da interdisciplinaridade (ou seja, só há Memória Social no diálogo com outras disciplinas) modifica, e muito, a interpretação exclusivamente observacional dos orientadores. No entanto, isto não invalida a possibilidade de existir uma forte influência de sua formação no modo de aprender o objeto. Ao contrário, sugere que a possibilidade de mudança de visão existe muito exatamente porque os orientadores-pesquisadores reconhecem e dialogam com o a priori que suas formações fornecem e retém algumas características dos seus campos de origem. É exatamente este re-conhecimento que permite o desvelamento. Eis aí a ἀληθεία. Com essas observações preliminares, vamos à nota propriamente dita.

O evento descrito pela pesquisadora em sua nota de campo é consiste em uma palestra a ser proferida aos alunos de Psicologia de uma universidade particular por uma psicóloga da instituição que também é professora desses alunos. O evento seria, então, uma possibilidade destes conhecerem o trabalho desenvolvido por sua professora em um hospital de custódia e tratamento.

O documento inicia com uma descrição predominantemente formal do ocorrido, tal qual orientado. Há um uso recorrente da expressão (sic) significando “segundo informações concedidas” assim como uma recorrente preocupação de atribuição de autoria às falas ali citadas. Como exemplos, podemos citar, logo no início do documento: “segundo a Assistente Social”; “A *Psicóloga*⁷ fala que houve”; “A Psicóloga ressalta”.

Em um momento em que ela começa a relatar o ocorrido na palestra, vemos os primeiros indícios da hipótese já anunciada de que a subjetividade transborda (vai além das bordas) do padrão exigido⁸ para o registro do ocorrido. No momento em que se inicia a descrição do vídeo produzido por uma aluna de Comunicação da UFRJ, a autora nos diz que “A Psicóloga passa para o grupo um vídeo belíssimo” (grifo nosso). Ressalte-se aqui a impossibilidade de descrição salvo por uma apropriação do ocorrido pelo sujeito e sua tomada de posição frente ao experienciado. Entretanto, apesar de tal eclosão, o padrão retorna até o fim do mesmo parágrafo. Quando finaliza a descrição do vídeo, a pesquisadora fornece uma interpretação formal. Relata a forma da realização dos vídeos para concluir o parágrafo na

⁷ Toda vez que estiver grafado *Psicóloga* com “P” maiúsculo e em itálico significa que autora a chamou pelo nome próprio e nós, por razões éticas, preferimos elidir o nome da funcionária para não causar exposição desnecessária. Sinto como necessária tal elucidação para não haver um conteúdo no presente trabalho inexistente na letra dos trechos citados.

⁸ É importante ressaltar que se chegou ao padrão mediante acordo. Não houve uma imposição, mas sim uma discussão sobre qual seria a melhor forma de documentar as visitas. Entretanto, isto ainda configura um padrão. É necessário padronizar quando se trabalha em pesquisas de caráter científico, mas esta necessidade, ainda que sabida, não invalida o fato de que se tem um padrão.

seguinte frase: “cantam músicas cujo teor sempre aponta para o desejo de liberdade”. A padronização – base do método científico – é aqui utilizada de uma forma, se não clara, pelo menos visível. A interpretação segue-se assim: todos os internos que compunham as imagens do vídeo estão presos, logo, suas músicas e poesias (que revelam certo olhar – talvez momentâneo – sobre a estadia no HH) denotam que estes desejam a liberdade. A criação de um padrão a partir de acontecimentos (indução) ou o tratamento da fala como expressão de um desejo contínuo do sujeito são também formas da psicologia de apreender um sujeito. A palavra-chave aqui é continuidade: não há base para se supor que os internos queiram sempre sair da instituição, que isto é, portanto, um desejo deles. Pode-se dizer que houve um momento em que tal fato ocorreu e foi registrado no vídeo, mas isto não nos dá base para atribuir aos internos um desejo de liberdade. Temos, como contraponto, o caso de uma interna, aqui nomeada de Maria dos Anjos, que oscila entre a vontade de liberdade – que lhe permitiria gozar da vida “lá fora” – e o seu medo da mesma liberdade já que toda liberdade para qualquer sujeito, implica uma responsabilidade sobre si. Note-se que falamos de vontade, não de desejo. Desejo remete a algo mais profundo no sujeito e essa profundidade não pode ser alcançada por uma observação de um cântico em um vídeo.

Após esse ponto no relato, a pesquisadora segue descrevendo o ocorrido formalmente, ou seja, constantemente posicionando-se como testemunha. Em um dos momentos, entretanto, ao não se recordar com exatidão daquilo que presenciara na palestra, enuncia que “ESTÁ MEIO CONFUSO.”, em caixa alta e entre parênteses. Isto ocorre quando passa a relatar como se classificam os tipos de crime.

O que interessa a este trabalho é a própria enunciação da confusão, porque esta nos abre algumas possibilidades de interpretação: a pesquisadora considera que a confusão deve ser anunciada de tal modo que não deva integrar o corpo do texto da mesma forma que as demais informações. A isto equivale dizer que a indicação “ESTÁ MEIO CONFUSO” desqualifica a informação precedente. Daí segue-se que ao considerar a confusão como algo que precisa de indicação, a pesquisadora crê possuir informações que não estão confusas, quais sejam, as que não estão indicadas como tais. Podemos deduzir disso que se há informações confusas, há também informações não confusas. Podemos indicar essas “informações não confusas” como a verdade do dito. Verdade aqui tomada como aquilo que corresponde, como indicado por Heidegger (2007). Nessa necessidade de correspondência entre dito e ocorrido podemos identificar a operação da armação. A armação se mostra, assim, na tentativa da pesquisadora reforçar, a partir de um conceito de correspondência, a memória

correta da sua visita ao local. Isto nos lança a hipótese de que só há esta possibilidade de correção e correspondência porque há um a priori sobre como é a representação de uma instituição tal qual o Hospital de Custódia e Tratamento. Não nos é aqui muito difícil supor que este a priori se deve à formação da pesquisadora quer em psicologia quer no nosso grupo de estudos, o que, como já dissemos, implica um aprendizado que pode se tornar excludente de outras possibilidades.

Entretanto, uma descrição da pesquisadora pode apontar um caminho contrário. Nesse mesmo dia havia alunos do curso de psicologia e, segundo suas palavras, eles traziam um “terror estampado no rosto que não é muito diferente do terror que eu mesma trazia quando da minha primeira visita ali”. Esta cena se dá quando do contato deles com os internados. No documento, isto ocorre no último parágrafo, após a descrição de como havia sido a visita às casas nas quais os desinternados estão abrigados, ou seja, primeiro houve uma visita aos desinternados, para só depois haver a visita às celas com os internados. Decorrem, então, duas situações passíveis de interpretação.

A primeira: a ausência de terror no momento de um contato com os desinternados. A situação com os desinternados é mais próxima da realidade vivida pelos alunos de psicologia do que a situação com os internados. Em função da incursão no campo da loucura por parte de ambos - os alunos enquanto supostos conhecedores da loucura e os desinternados enquanto os “afetados” por ela - o medo não some porque a identidade “louco” se esvai, mas sim porque este apenas se modifica. Enxergavam o loucocriminoso internado enquanto alguém que delinuiu por motivo de loucura e buscavam confirmar nele a verdade apreendida pela psicologia; portanto, temiam uma nova ocorrência da transgressão da lei, já que a falta de controle é a condição para se manter internado. Enxergam o loucocriminoso desinternado como alguém controlado pela técnica psi. Dito de outra forma: a partir do mesmo horizonte de interpretação encaixam um sujeito em outra denominação, mas, de ambas as maneiras, o horizonte de interpretação ainda não nota a singularidade do sujeito, mas, antes, a forma como os internos encarnam a possibilidade de confirmar o que se tem como verdade. Não é enquanto sujeito que o loucocriminoso é encarado pelos estudantes de psicologia, mas enquanto recurso. É o que podemos chamar do operar da armação.

A partir do velamento inicial, impõe-se, pela técnica, uma verdade ao sujeito. Este se torna conhecido por uma identidade que lhe é imputada: loucocriminoso. A partir de então, a voz desse sujeito não será a voz de um sujeito, mas de um loucocriminoso e tudo o que essa voz disser será reunido como confirmação do acerto da Ciência, confirmando, assim,

sua loucura. Se o sujeito é louco, é, portanto, passível de estudo, não um estudo qualquer, mas um estudo exploratório. A relação com o louco passa, então, ao local de relação no modo da subsistência: não estamos mais diante de um ser humano, mas de um portador de “psiquismo” que sofre desta ou daquela patologia. Esse psiquismo suplanta o sujeito, que passa a ser interessante unicamente enquanto patológico. Extinguem-se os modos de ser. Há só um modo de ser: louco.

A segunda situação que podemos interpretar: se aceitarmos o terror como uma eclosão de uma possibilidade da existência, tocando, então, a particularidade de sua existência enquanto *Dasein*, teríamos de pensar que a armação não opera nesse cenário, já que o terror pode muito bem ser pensado enquanto impossibilidade de preconcepção, coisa muito necessária a uma visão técnica. Porém, a presença do terror guarda mais proximidade com a presença de uma verdade previamente estipulada (e, portanto, com a técnica) do que com a ausência de verdades ou, nas palavras de Freud (1920, p. 23) “o medo exige um objeto definido de que se tenha temor”. Tomando o terror como uma amplificação extremada do medo, vê-se que, na realidade, o terror estampado no rosto de todos (no da autora em sua primeira vez e no dos alunos) tem sua razão de ser não tanto pelo fato de serem desconhecedores daquilo que lhes pode ocorrer, mas por uma antecipação daquilo que supõem como passível de ocorrência consigo. É a confirmação que coroa a interpretação da primeira situação: retorna o louco, portador de um psiquismo que é afetado por uma patologia e que, portanto, é capaz de tudo, inclusive da destruição do outro. Caso um ato como esse se realize, seria como que a extração máxima de recursos de um louco: a ciência fecharia seu círculo na predição e no cálculo do comportamento humano, como o faz com a natureza.

Outra experiência relatada no documento, perto de seu fim, corrobora o uso de Heidegger nesta análise. Após descrever todo o processo de visita no qual observou o terror dos alunos e traçar um paralelo com o seu próprio, a autora finaliza o documento com as seguintes palavras “dessa vez achei tudo muito tranquilo e calmo”, “talvez nem tanto pela mudança na geografia externa, mas talvez por esse período da pesquisa e a própria obra interna que já foi feita em mim para derrubada de muitos muros de preconceito” (grifo nosso). Tomando preconceito na acepção comum ou corriqueira da palavra, preconceito significa: discriminação enquanto forma de exclusão de algo ou alguém. Pensando, entretanto, preconceito como conceito anterior ao conhecimento do que se fala, vê-se que é possível outra interpretação e que esta outra interpretação se encontra presente mesmo na acepção corrente da palavra.

Tal interpretação sugere a possibilidade de existência de conhecimento ou mesmo conceito acerca de um assunto indeterminado (no sentido de sem determinações seguras). No momento mesmo que se formula o conhecimento, a indeterminação dá lugar à determinação de algo, agora, tomado como objeto. Como bem aponta Heidegger (1929, p. 233-234) o conhecimento (especialmente o da ciência) se compõe a partir de delineações do nada. Assim, não é de se espantar que o preconceito construa um objeto, uma vez que esta constituição se dá a partir de um contato de alguém com um objeto e este contato pode ser ou não passado adiante enquanto experiência ou ciência. A partir dessa passagem do conhecimento e da adoção deste, bem como se sua desvinculação da experiência do sujeito passante, forma-se o preconceito. Em outros termos: quando um conhecimento é passado adiante e aceito sem que haja questionamento ou experiência com aquilo sobre o que ele versa, este se torna, necessariamente, um preconceito.

A autora escreve que seus “muros de preconceitos” foram derrubados. Tem-se, na escrita desta, elementos para supor que a derrubada dos muros de preconceito se deu por conta do contato com os loucocriminosos. Em outras palavras, a partir do contato com o loucocriminoso (quer seja a partir da pesquisa e de estudo teórico, quer seja por contato empírico) a autora deixou de interpretar aquilo que via como exclusivamente “a pessoa que delinuiu por motivo de loucura” e passou a interpretar a loucura e a delinquência como possibilidades de ser-no-mundo. A diferença se dá na própria possibilidade de considerar qualquer contato ou aproximação com o sujeito e a conseqüente produção de memória da instituição destinada a ele.

Por outro lado, o reconhecimento do muro de preconceito existente se alinha à ἀληθεία heideggeriana: o sujeito desvela a verdade daquilo que lhe estava velado e derruba o muro de preconceito por re-conhecê-lo enquanto tal e não como uma verdade que corresponde ao observado.

Memória Social em um local de esquecimento: o operar da armação

Se, por um lado, analisamos a posição da autora e pudemos notar que esta se posiciona enquanto espectadora de acontecimentos, por outro, deixamos deliberadamente de lado o peso que há no fato da mesma se encontrar em um Hospital de Custódia e Tratamento, local que já nasce da técnica. Tratamos aqui de um local para loucocriminosos: só é louco

quem é considerado, por um médico psiquiatra perito, incapaz de ter controle sobre si; só se é criminoso quando se infringe à lei e o juiz decreta uma pena, ou uma medida de segurança no caso de delinquência por motivo de loucura.. Em ambos os casos são duas formas de tratar o sujeito enquanto subsistência (Bestand). Ignoram-se quaisquer traços de subjetividade e particularidade em detrimento de uma confirmação da lei e da psiquiatria. Podemos dizer, portanto, que a cada vez que um sujeito é caracterizado como loucocriminoso confirma, a um só tempo, a instância jurídica e o saber psiquiátrico, e cada ação e cada sintoma serão minuciosamente descritos como pertencentes a um paciente (como consta nos arquivos do HH). O diagnóstico e a posterior medida de segurança funcionam como uma forma de manter a técnica operante, impondo e extraindo desses sujeitos uma e a mesma verdade: seu diagnóstico enquanto loucocriminosos.

Ora, se o homem é provocado a requerer outros homens enquanto subsistência numa instituição como essa, isto só é possível pela forma que a Memória Social da instituição é concebida⁹. A Memória dos arquivos institucionais é uma Memória dos pacientes e não dos sujeitos. Os nomes passam a designar internos da instituição e não pessoas componentes desta. Os relatos são sempre de outra pessoa em relação ao interno. Este perde o direito à voz e perde a possibilidade de criar e se apropriar de sua própria Memória, condição fundamental para se apropriar de sua existência.

Cabe destacar ainda que a Memória Social do local se baseia numa noção que é, ao mesmo tempo, cumulativa e representativa. Não se compromete (no sentido heideggeriano exposto acima) com uma mudança dos pacientes em agentes; ao contrário, só existe enquanto representação do ocorrido, tal qual o documento por nós analisado. Em uma analogia, funciona como um conjunto de fotos que, portanto retratam o momento, ao passo que a Memória Social é “bem mais que um conjunto de representações; ela se exerce também em uma esfera irrepresentável: modos de sentir, modos de querer, pequenos gestos, práticas de si, ações políticas inovadoras” (Gondar, 2005, p. 24).

Tendo isto em mente, sugerimos que a instituição destina-se ao esquecimento dos internos: inicialmente, o interno é mantido na representação que o identifica (loucocriminoso), identificação essa da qual, como já vimos, extraem-se recursos (confirmações e hipóteses para as diversas técnicas), tornando o sujeito uma mera subsistência (Bestand); posteriormente, o interno passa a ter sua identificação inicial confirmada pela

⁹ Ao dizer “concebida”, não queremos dizer que haja um esforço conceitual do HH de pensar sua Memória Social desta forma. Ao contrário, queremos dizer que esta concepção é capaz de explicar o que encontramos quando fazemos incursões em campo. É, portanto, uma interpretação nossa à luz dos referenciais escolhidos.

constante produção de documentos que se destina a um arquivo que unicamente reforça a identidade a ele imposta; e por fim, o sujeito não pode se colocar no movimento da sociedade, uma vez que sua única participação na Memória Social da instituição é enquanto integrante de um arquivo. Um processo de desumanização, portanto.

Aqui a posição dos autores é bem firme: defendemos que em uma instituição, cuja Memória se funda na armação (*Gestell*), temos a própria desumanização do homem, já que os sujeitos não apenas são reduzidos às suas representações, mas, ao contrário, têm sua representação num nível ontologicamente maior do que ele mesmo, uma vez que esta (a representação) é requerida pela técnica como forma de recurso para que o mundo externo possa se manter funcionando. Isso desumaniza o homem, pois o reduz a mero confirmador de algo preexistente. Analogamente, pensar o homem, nessas condições, é pensar no homem como um rato no qual se testa os produtos cosméticos para que a segurança dos outros homens seja mantida. A diferença é que não há um teste de remédios ou de cosméticos, mas um teste epistemológico que, pela própria orientação da ciência, já colhe seu resultado antes mesmo do teste (i.e. quando o sujeito é dado como loucocriminoso todos os seus atos são tidos como decorrente dessa rubrica).

Como Heidegger (1973, p. 234) bem sublinha, “A ciência, porém, se caracteriza pelo fato de dar, de um modo que lhe é próprio, expressa e unicamente, à própria coisa a primeira e última palavra”. No momento em que a ciência se apropria de algo para investigá-lo este passa a ser seu objeto de estudo que, pela característica objetual, não tem voz. Será este o ponto final ao qual a ciência nos leva? De acordo com o filósofo da Floresta Negra, não. O que é a técnica atual se não a técnica clássica apoiada na ciência experimental que visa a medir e calcular? A ciência experimental é, então, o apoio, a base da técnica atual. Nesse sentido, ao fazermos ciência estamos, indiretamente, fomentando a técnica que, por sua vez, fomenta a ciência ao extrair do que enxerga aquilo que poderiam ser recursos.

Se a técnica da qual falou Heidegger visava extrair recursos, podemos, seguindo o filósofo, fechar um círculo: a técnica de que falamos aqui é da Memória que se configure enquanto representação. Exatamente igual à proposição de Heidegger ao definir armação (*Gestell*¹⁰), é a Memória que visa apenas a representar. Pois o que é a reunião de representações estáticas de um homem – que, como vimos, é o *Dasein*, fundamentalmente composto de possibilidades de ser – se não a forma mesma da técnica de operar extraindo os

¹⁰ Armação é a “invocação desafiadora que reúne o homem a requerer o que se descobre enquanto a subsistência”.

recursos para torná-los disponíveis? O que faz esse processo se não tornar o homem uma mera subsistência (Bestand)? O quanto que um pesquisador em Memória Social pode afetar esta construção?

O percurso desta investigação sugere o quanto que a construção de uma Memória Social de uma instituição com as características descritas é muito mais uma tarefa de uma reflexão não absolutamente técnica que tenta encontrar uma suposta verdade, mas sim um pensar¹¹ que se faz de forma fragmentária com diversas interlocuções entre técnica e sujeito. É também uma tarefa que não é assente e pacífica: ao contrário, pela natureza da instituição, a tarefa do pesquisador comprometido é sempre um conflito entre a sua subjetividade e a técnica na qual se inscreve o local.

Por ser um presídio-hospital, pode-se depreender que a própria formação da instituição enquanto tal se dá única e exclusivamente porque existe um grupo específico de sujeitos que a ela se destinam. Tendo esta especificidade por base, não é difícil supor que o olhar do pesquisador tende a se tornar um olhar que busca extrair do local sua verdade enquanto abrigo de loucocriminosos, ou seja, o próprio *a priori* do estigma “Hospital de Custódia e Tratamento” constitui a verdade que se busca no local, o que o reduz a mera fonte daquilo que se sabia antes mesmo de adentrá-lo. Em suma, ao compor a Memória deste local, corre-se o risco de reproduzir a forma como este mesmo se pensou a longo dos anos, ou seja, como um conjunto de representações, ignorando qualquer outra possível significação. Como exemplo de outras possíveis significações, podemos pensar a perspectiva que os sujeitos produzidos pelo contato com o local podem ter (internos, funcionários), bem como a perspectiva dos trabalhadores do local. Ao ignorar tais perspectivas, há o perigo de enxergar (e, conseqüentemente, conceber) instituições de natureza similar às do Hospital de Custódia e Tratamento como uma grande fonte de recursos, destinados a serem desabrigados pelas técnicas que o compõem.

A mudança esperada é a uma mudança que na verdade não se concretiza ou se torna estanque, como um novo *modus operandi*. Isto seria apenas mudar de um lado a outro mantendo o problema. Não é a substituição de uma forma de fazer memória por outra, mas sim a própria noção de que não se faz memória, uma vez que o verbo fazer implica uma noção

¹¹ No sentido Heideggeriano do termo, i.e. o pensar enquanto atividade. A substantivação do verbo não visa um apassivamento da ação, mas, ao contrário, denotar que o processo mesmo de construir o pensamento é também uma ação. Em outro tom, pensar é ativo, uma vez que se pensa sobre algo e a partir de algo e para esse algo, num a busca de proximidade e cuidado. O pensar, não se detém em uma verdade e a aceita: ao contrário, o pensar é constante. CF. HEIDEGGER, Martin. O que quer dizer pensar? In: *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Edições Vozes.

de que é um processo com um fim. Ao contrário, o que se buscou é a própria compreensão de que a memória é, ela mesma, um processo autotélico (que tem um fim em si mesmo), que se funda em multiplicidades e movimento, que passa pelos conflitos do sujeito consigo e com sua passagem da inconsciência para a consciência-de-si, com sua imposição de padrão e impossibilidade de segui-lo, além dos conflitos entre a instituição e sua subjetividade. Qualquer tentativa de compor uma memória que vise a reconstituir um ocorrido tende a ser uma tentativa técnica, que exclui a multiplicidade em detrimento de uma assertividade. Em instituições como a tratada, a situação se agrava, mas a própria impossibilidade de se conter por padrões pode nos levar à outra Memória.

Referências

BRASIL. *Lei n° 10216* de 6 de Abril de 2001.

CARRARA, S. A história esquecida: os manicômios judiciários no Brasil. *In: Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. Centro de Estudos do Crescimento e do Desenvolvimento do Ser Humano da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. 2010; 20(I): 16-29.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. *Resolução N° 5*, de 4 de Maio de 2004.

_____. *Resolução n° 4*, de 30 de Julho de 2010.

DREYFUS, H. Heidegger on Gaining a free relation to technology. *In: Heidegger Reexamined Vol3: Art, poetry, technology*. New York, Routledge, 2002.

FREUD, S. “Além do princípio do prazer” *In: Edição Standard Brasileira*. vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

GLÉSNE, C. *Becoming Qualitative Researchers*. An Introduction, New York: Longman, 1999.

GONDAR, J. Quatro Proposições sobre Memória Social, in: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. *O que é memória social*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

HEIDEGGER, M. A questão da técnica. *Sci. stud. [online]*. 2007, v.5, n.3, p. 375-398. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662007000300006>>. Acesso em: 1 de mar. de 2012.

_____. O que quer dizer pensar? *In: Ensaios e conferências*. Petrópolis: Edições Vozes.

_____. Que é metafísica? *In: Conferências e escritos filosóficos*, tradução de Ernildo Stein, São Paulo: Abril Cultural, 1973.

_____. *Ser e Tempo* Pt 1. Traduzido por Maria de Sá Schuback. 3ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

SILVA, F. L. *Martin Heidegger e a técnica*. *Sci. stud.* [online]. 2007, vol.5, n.3, pp. 369-374. ISSN 1678-3166. <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662007000300005>.

WERLE, Marco Aurélio. *Heidegger e a produção técnica e artística da natureza*. *Trans/Form/Ação* [online]. 2011, vol.34, n.spe2 [cited 2012-05-21], p. 95-108 . Available from: ISSN 0101-3173. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732011000400007>.

SOCIAL MEMORY PATHS OF HEITOR CARRILHO CUSTODY AND TREATMENT HOSPITAL: A PHILOSOPHICAL INVESTIGATION

ABSTRACT:

This paper exams the Social Memory researcher's view from Heidegger's phenomenological perspective. The present investigation is split into three parts: the first aims at explaining the key concepts in order to understand Heidegger's perspective on the essence of technique. As for the second part, based on Heidegger's enframing concept, it analyses an ethnographic field note produced by a researcher who participates in the research team along with the authors of this article. The third and last part discusses the Social Memory field based on both the concept of enframing and the case at hand. This investigation aims at illustrating to what extent a Social Memory researcher's view might create a memory grounded on what Heidegger has coined enframing when she faces an institution whose nature aims at forgetting its interns.

KEYWORDS: Heitor Carrilho Treatment and Custody Hospital. Philosophy. Social Memory. Heidegger. Enframing. Technique.

CHEMINS DE LA MÉMOIRE SOCIALE DE L'HÔPITAL DE GARDE E TRAITEMENT HEITOR CARRILHO: UNE ENQUÊTE PHILOSOPHIQUE

RÉSUMÉ:

Nous enquêterons sur le regard du chercheur en Mémoire Sociale en partant d'une perspective phénoménologique heideggerienne. Notre enquête sera par conséquent divisée en trois parties: la première visera à expliciter certains concepts-clés pour comprendre les vues d'Heidegger sur l'essence de la technique; dans un second temps, on analysera en recourant au concept d'arraisonement les notes d'un terrain d'inspiration ethnographique produites par l'une des chercheuses du groupe dont les auteurs font partie; et dans un dernier temps, on débattera sur la Mémoire Sociale à partir du concept d'arraisonement et du terrain mentionné. Le but de cette recherche est de démontrer dans quelle mesure le regard d'un chercheur en Mémoire Sociale qui se penche sur une institution dont la nature est d'oublier ses patients internés peut construire une Mémoire fondée sur ce qu'Heidegger a dénommé arraisonement.

MOTS-CLÉS: L'Hôpital de Garde e Tratamiento Heitor Carrilho. Philosophie. Mémoire Sociale. Heidegger. Arraisonement. Technique.

Recebido em: 04/04/2012

Aprovado em: 30/05/2012

©2012 *Psicanálise & Barroco em revista*

www.psicanaliseebarroco.pro.br

Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Cultura – UFJF/CNPq

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – UNIRIO.

Memória, Subjetividade e Criação.

www.memoriasocial.pro.br/proposta-area.php

revista@psicanaliseebarroco.pro.br www.psicanaliseebarroco.pro.br/revista